

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO RIO-GRANDINA - PERÍODO
1940 - 1991**

Susana Salum Rangel, Euripedes Falcão Vieira

Boletim Gaúcho de Geografia, 22: 93 - 103, março, 1997.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38368/25659>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



**Portal de Periódicos
UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - março, 1997

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO RIO-GRANDINA – PERÍODO 1940-1991

Susana Salum Rangel
Euripedes Falcão Vieira *

O estudo sobre alterações demográficas no município do Rio Grande, período 1940-1991, objetivou a identificação das causas determinantes de mudanças comportamentais da população, expressas nos indicadores censitários. Foram analisados, particularmente, o processo de povoamento, os fluxos migratórios, o estabelecimento de um corpo populacional eminentemente urbano, o processo de industrialização, a evolução cultural e a condição do ambiente natural. O estudo revelou mudanças substanciais na distribuição espacial da população, no ritmo da reprodução e confirmou a acentuada tendência à concentração urbana zonal.

Introdução – O município do Rio Grande ocupa uma área de 3.338,356 km², localizada na restinga do mesmo nome ou barreira sul, na planície costeira rio-grandense. O geoambiente planicário-lagunar-ocêânico é formado por ampla área de deposição sedimentar recente, em evolução, caracterizando tipologias mórficas de transição. São destaques a planície marinha, a planície lacustre-lagunar e a faixa colúvio-aluvional. A população do município, 172.435 habitantes (1991), é predominantemente urbana e com lento desenvolvimento dos processos demográficos e sócio-demográficos. A apropriação espacial da planície costeira se concretizou pela construção do espaço de povoamento, do espaço militar e do espaço econômico. O espaço de povoamento assegurou a apropriação política do espaço físico. O espaço militar, com as comandâncias militares a partir de 1737, garantiu a posse da terra e motivou os fluxos migratórios e o espaço econômico se processou com os ciclos iniciais da courama, da charqueada e das formas de propriedade da terra representadas pelas cartas de data (pequena propriedade), sesmarias (grande propriedade) e estâncias reais (propriedade pública).

As alterações demográficas no município do Rio Grande, para o período considerado, foram objeto de estudo com a finalidade de identificar as causas determinantes das mudanças no comportamento da população. O processo de povoamento, os fluxos migratórios, o estabelecimento de um contingente populacional

eminentemente urbano, o processo de industrialização e o ambiente natural foram determinantes à tipologia sócio-demográfica peculiar ao município do Rio Grande. Os resultados obtidos mostraram que a população modificou alguns indicadores anteriores, como o ritmo de reprodução e confirmou a tendência à concentração urbana. A análise revelou um dado importante em relação à distribuição urbana da população. A zona urbana se ampliou consideravelmente, reproduzindo, numa dimensão maior, o modo de vida anteriormente restrito espacialmente.

Fatores condicionantes da formação populacional do município do Rio Grande

1. Fatores exógenos

Os principais fatores determinantes do padrão populacional para a planície costeira do Rio Grande do Sul foram *o geoambiente planiciário costeiro, a condição etnográfica da ocupação espacial, a construção e a organização do espaço produtivo*. O geoambiente costeiro oferecia uma condição físico-ambiental desfavorável, dominado por extensões arenosas, acentuada salinidade, escassa cobertura vegetal e fortes ventos. A condição etnográfica da ocupação espacial contrastava com o ambiente costeiro. Os pioneiros luso-brasileiros eram originários de regiões quentes, florestais e de solos férteis. Os açorianos, que os seguiram, migraram de ambientes pedológicos férteis e abundantes associações vegetais que lhes garantiam a produção de madeiras e energia. As diferenças entre os ambientes de origem e os da planície costeira do Rio Grande do Sul eram acentuadas. A construção e a organização do espaço produtivo foi, inicialmente, de primarismo eloqüente. A courama e a charqueada dominaram o espaço econômico por longa decorrência de tempo. As comunidades populacionais que se fixaram ao longo da planície costeira ficaram dispersas, impondo uma organização espaço-produtiva primária e de subsistência. Rio Grande, pela instalação das comandas militares e a condição portuária, concentrou efetivos populacionais significativos, capazes de desenvolver processos demográficos mais ativos.

2. Fatores endógenos

Os fatores endógenos que atuaram destacadamente na população da planície costeira e na do município do Rio Grande, particularmente, foram *a cultura de traslado do fluxo étnico-migratório, as práticas produtivas geradas em endemismo espacial, a conduta recalcitrante à inovação, o espaço portuário-industrial e a evolução cultural*. O fluxo migratório açoriano trasladou a cultura de origem, marcada, particularmente, pelo isolamento das ilhas. As práticas produtivas refletiam a situação dos ilhéus em 1752. O endemismo cultural produziu atividades agrícolas restritas, em pequenas propriedades, recalcitrantes ao processo inovador. Em Rio Grande os açorianos desenvolveram a horticultura, que perpassou longa duração de tempo, sem aberturas significativas à introdução de novas tecnologias que pudessem redirecionar o processo produtivo primário. Essa condição de escassa elasticidade, na organização econômica de base, se refletiu nos processos demográficos. O espaço portuário industrial é o marco diferenciador na evolução sócio-demográfica do município do Rio Grande em relação aos demais municípios da planície costeira. Permitiu a con-

centração de população em torno da área portuária, o desenvolvimento de atividades comerciais e industriais e, conseqüentemente, estabeleceu padrões diferenciados de comportamento demográfico. O ritmo cultural ganhou impulso na década de 1950 com a instalação da primeira unidade de ensino superior. A criação de faculdades isoladas e, posteriormente da Universidade (1969), ampliou consideravelmente as possibilidades de desenvolvimento cultural da comunidade, projetando mudanças de hábitos nos núcleos familiares e na população como um todo.

Dinâmica de crescimento da população – O município do Rio Grande possui acentuada concentração urbana da população (96%). As décadas de 1940 e 1950 registraram altas taxas de incremento da população total (2,51% e 2,56% ao ano, respectivamente), estimuladas pela dinâmica econômica no período imediatamente posterior a Segunda Guerra Mundial. A década de 1960 foi marcada por profunda depressão econômica, resultante do fechamento das indústrias têxteis, do frigorífico multinacional e do declínio de antigas indústrias de pescado. Por outro lado começa a revolução dos costumes e a ampliação dos cursos superiores. Esses acontecimentos tiveram grande repercussão no comportamento demográfico, provocando, na década 1960-1970, a queda da taxa de incremento da população total (1,49% ao ano). As perdas no espaço industrial e na condição social de parcelas significativas da população não foram repostas com a abertura de novas oportunidades de trabalho. A marginalização de contingentes da população fez crescer a favelização urbana e a queda na qualidade de vida. A partir de 1970 começa a ser construído novo espaço portuário e industrial. As obras do super-porto e do distrito industrial atraíram contingentes de mão-de-obra não qualificada, principalmente da zona rural sul do Estado. As taxas de incremento da população rural tornaram-se negativas para alguns distritos rio-grandinos. A população urbana teve acréscimos significativos pelo processo migratório, tanto intra como intermunicipal. No período 1980-1991, face à desativação das grandes obras civis do espaço portuário-retroportuário e ao lento dinamismo na construção do novo espaço industrial, ocorre a redução do fluxo migratório, associada à diminuição da reprodução da população urbana.

Variações no crescimento da população distrital – A análise da evolução da população distrital revela desníveis acentuados (Quadro 1 e fig. 1). O núcleo urbano Cassino, integrante do 1º Distrito, registrou elevado crescimento da população residente (1940/50: 4,90% ao ano; 1950/60: 3,31% ao ano; 1960/70: 3,45% ao ano; 1970/80: 3,90% ao ano). A expansão da zona urbana motivada pelo crescimento horizontal da cidade, a valorização do solo urbano produzindo o encarecimento da moradia na sede municipal, a fuga da poluição ambiental desencadeada pelo processo de industrialização e o desejo de residir em áreas tranquilas e saudáveis determinaram o rápido incremento da população do Cassino. Em 1950, o Cassino (Vila Sequeira) constituía uma colônia de pescadores de baixa renda, com ativa reprodução familiar. Essa situação evoluiu nas décadas seguintes para uma popula-

ção residente representada por comerciantes, aposentados, estudantes e, mais recentemente, por contingentes economicamente ativos, destacando-se professores universitários, funcionários públicos e comerciantes com atividades na zona urbana da sede distrital. No censo de 1991 os indicadores demográficos do Cassino estão computados no 1º distrito com sede em Rio Grande.

O distrito Povo Novo, antigo núcleo açoriano, experimentou perdas acentuadas da população residente a partir de 1950. O crescimento tornou-se negativo nos decênios 60/70 (-1,48% ao ano), 70/80 (-1,22% ao ano) e 80/91 (-0,64% ao ano). As mudanças na estrutura fundiária, a introdução do cultivo mecanizado do arroz e o fechamento de um antigo curtume contribuíram decisivamente para a mobilidade da população distrital.

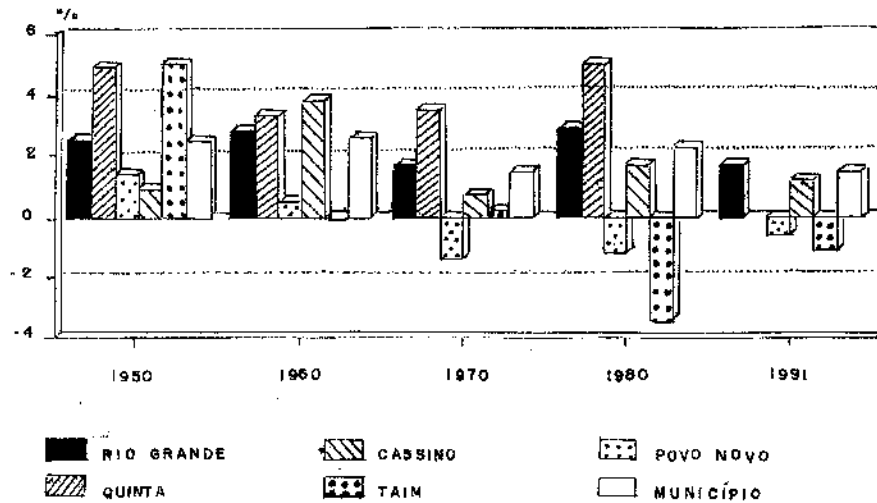
O distrito Quinta registrou variações na taxa de incremento nos últimos 40 anos. A década de 1950/60 teve uma taxa de incremento elevada (3,83% ao ano), para declinar na década de 1960/70 (0,67% ao ano). A recuperação veio no período 1970/80 (1,67% ao ano); no decênio 1980/91 a taxa de incremento declinou (1,17% ao ano), mantendo o registro decrescente dos demais distritos, com exceção do Taim. O núcleo urbano Quinta ocupa uma posição radial em relação aos demais distritos. Abriga parte da população que representa mão-de-obra sazonal nas lavouras de arroz do distrito do Taim e do município de Santa Vitória do Palmar. A Quinta é uma das pontas dos eixos de expansão da zona urbana do Rio Grande. A proximidade com outros núcleos urbanos periféricos (Parque Marinha, COHABs, novas vilas em formação) expande a ocupação dos espaços disponíveis entre eles, num processo reativo de desenvolvimento da territorialidade urbana do Rio Grande.

QUADRO 1. MUNICÍPIO DO RIO GRANDE
TAXA DE INCREMENTO DA POPULAÇÃO DISTRITAL (% AO ANO) / 1940-1991

DISTRITOS	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91
Rio Grande	2,50	2,78	1,71	2,92	1,68
Cassino	4,90	3,31	3,45	3,90	-
Povo Novo	1,43	0,50	-1,48	-1,22	0,64
Quinta	0,94	3,83	0,67	1,67	1,17
Taim	5,14	0,07	0,18	-3,46	-1,07
Ilha dos Marinheiros					-1,85

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, CENSOS DEMOGRÁFICOS 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.
OBS. O PRIMEIRO DISTRITO, COM SEDE NA CIDADE DO RIO GRANDE E DENOMINAÇÃO RIO GRANDE, INCLUI O BALNEÁRIO CASSINO, O DISTRITO INDUSTRIAL, A POVOAÇÃO DA QUARTA SEÇÃO DA BARRA, O SENANDES, O BOLACHA E A ILHA DO TERRAPLENO (PLANO DIRETOR DE 1985). A ILHA DOS MARINHEIROS PASSOU A DISTRITO EM 1979.

FIGURA 1. MUNICÍPIO DO RIO GRANDE
TAXA DE INCREMENTO DISTRITAL



FORTE: IBGE CENSOS DEMOGRÁFICOS

O distrito do Taim teve as maiores perdas no ritmo de incremento da população (1940/50: 5,14% ao ano; 1950/60: -0,07% ao ano; 1960/70: 0,18% ao ano; 1970/80: -3,46% ao ano; 1980/91: -1,07% ao ano). A transformação fundiária dos últimos 30 anos determinou o êxodo rural. Até 1950 predominaram pequenas e médias propriedades rurais dedicadas à pecuária. A partir de 1960 formaram-se grandes latifúndios para criação e ocorreu a expansão das granjas de arroz. A pecuária extensiva e a cultura do arroz ocupam pouca mão-de-obra. As empresas de produção de arroz são muito mecanizadas e utilizam mão-de-obra sazonal.

População residente por sexo – A população residente por sexo no município do Rio Grande, em valores absolutos, apresentou equilíbrio no censo de 1940. Nos censos de 1950 a 1991 a quantificação da população feminina supera a masculina (Quadro 2 e fig. 2). A variação relativa no crescimento das populações feminina e masculina mostra oscilações no período. A razão de sexo esteve em 100,15 em 1940 atingindo 94,84 em 1991. A partir de 1950, os indicadores demográficos revelam um predomínio de mulheres no município do Rio Grande. A partir de 1960, com as profundas mudanças nos costumes, cresce a migração feminina para a cidade em busca de melhores condições de vida. O setor terciário absorve parte do contingente feminino migrante, principalmente nos trabalhos domésticos em residências. Os cursos superiores exercem forte atração à população feminina do interior do muni-

cípio e do município de São José do Norte. A mobilidade da população municipal foi favorecida pelas mudanças na estrutura fundiária e maiores facilidades de deslocamento com a melhoria do sistema viário, vicinal, estadual e federal.

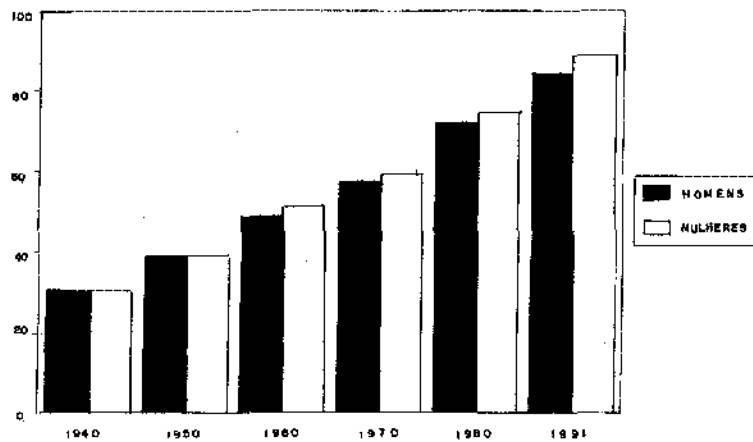
Nas últimas décadas a população feminina do município cresce em qualificação pessoal, participando no contingente da população economicamente ativa.

QUADRO 2. MUNICÍPIO DO RIO GRANDE
POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO
1940-1991

ANO	HOMENS	MULHERES
1940	30424	30378
1950	38893	39022
1960	48859	50759
1970	57339	59149
1980	71966	74248
1991	83922	88486

FONTE: IBGE, CENSOS DEMOGRÁFICOS 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.

FIGURA 2. MUNICÍPIO DO RIO GRANDE
POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO



FONTE: IBGE CENSOS DEMOGRÁFICOS

Influência das migrações – As migrações têm influenciado em níveis expressivos a população residente do município. Contingentes oriundos das zonas rurais próximas e movimentos demográficos de outras áreas urbanas se acentuaram, principalmente, nos momentos de dinamismo econômico. Os efetivos representativos de mão-de-obra não qualificada, ocupados periodicamente em obras de infraestrutura e na construção civil, oriundos de migrações rurais, habitam áreas urbano-periféricas destituídas de qualidade de vida.

As migrações têm sido impulsionadas pelas mudanças na organização da produção rural, principalmente pela transformação da propriedade rural familiar em empresa capitalista. Mudaram as relações de produção e as relações sociais na produção. A grande propriedade para pecuária e agricultura passa a dominar, num processo de ampliação por absorção da pequena propriedade. A orizicultura granjeira, de organização empresarial, mecanizada e de gestão urbana mudou, acentuadamente, os valores da terra, as relações de trabalho e as técnicas de cultivo. A pecuária, mais selecionada e menos extensiva, alterou padrões responsáveis pelo conservadorismo nos campos. As populações rurais não ficaram imunes a esses impactos, respondendo com ativa mobilidade. A atração urbana é a resposta mais imediata, mesmo que a qualidade de vida não represente ganho substancial.

Os deslocamentos migratórios da zona rural do município obedeceram ao direcionamento interior/centro urbano rural, centro urbano rural/cidade e interior rural/cidade. O centro urbano distrital que teve acréscimo mais expressivo de população ruralizada foi, no período, a Quinta. A posição geográfica do núcleo urbano distrital Quinta favoreceu a absorção de excedentes populacionais do distrito Taím, particularmente. Parte desses contingentes de população ruralizada, empregados e antigos pequenos proprietários, transformou-se em mão-de-obra sazonal ocupada nas granjas de arroz. Algumas famílias ou pessoas permanecem nos núcleos distritais. Outras, porém, transferem-se para as cidades, instalando-se, quase sempre, na periferia urbana. Os fluxos migratórios da zona rural são portadores de mão-de-obra não qualificada, de difícil absorção no mercado de trabalho urbano. As áreas de miserabilidade urbano-periféricas se expandem, com esses acréscimos, mostrando um perfil sócio-demográfico marcado por graves carências.

Incremento urbano e rural – A década de 1940 registra altas taxas de incremento urbano e rural (2,53% e 2,36% ao ano, respectivamente; Quadro 3 e fig. 3). No período, guerra e pós-guerra, a economia foi ativada com substancial crescimento na exportação de carnes e derivados, peixes, conservas e tecidos. Um forte fluxo migratório teve como pólo de atração o frigorífico multinacional, originando uma vila periférica às instalações da empresa. A zona rural do município ainda mantinha a estrutura fundiária tradicional. A década de 1950 mantém, para a zona urbana, os mesmos pressupostos industriais de exportação e ampliação das atividades de refino do petróleo e derivados, de comércio e serviços. A taxa de incremento da população urbana sobe, conseqüentemente (2,87% ao ano). A intensidade da migração intra-municipal faz cair a taxa de

incremento rural (0,71% ao ano). Os anos 1960 são marcados por forte depressão econômica, resultante do desmoronamento industrial do Rio Grande. Fecharam as duas grandes indústrias têxteis, o frigorífico multinacional e entram em declínio antigas indústrias de pescado e outros ramos industriais menores. A taxa de incremento urbano decresce acentuadamente (1,73% ao ano) devido, em parte, ao estancamento do fluxo migratório e, também, à evasão de população e à grande mudança nos costumes. Em relação à população rural começa o impacto da mudança da antiga estrutura fundiária do município. As granjas de arroz ocupam grandes áreas de cultivo e introduzem a mecanização da lavoura. A taxa de incremento rural continua em queda (-0,15% ao ano). No período de 1970/80 retorna ao município a expectativa de desenvolvimento com os projetos de construção do novo espaço portuário/industrial. A zona urbana, com a construção do super-porto e do distrito industrial, torna-se um atrativo à população rural, expresso no crescimento da taxa de incremento da população urbana (2,80% ao ano). A ampliação da área de cultivo do arroz nos distritos Taim e Povo Novo liberou, pelo uso de novas tecnologias, grande parte da mão-de-obra permanente. Muitas pequenas e médias propriedades de produção familiar foram absorvidas pelas granjas, provocando excedentes no contexto da população rural. Considerando que a mão-de-obra ocupada nas granjas passou a ter caráter sazonal, entende-se a compulsão ao êxodo rural. Estabelecendo a conexão dessa realidade na zona de produção rural com as novas perspectivas de emprego na zona urbana, têm-se a razão de decréscimo nas taxas de incremento da população rural. A taxa de incremento rural, nesse período, baixou acentuadamente (-3,32% ao ano). A construção do super-porto e a instalação do distrito industrial não corresponderam às expectativas de um ritmo de industrialização mais ativo, capaz de atender às crescentes necessidades de geração de empregos. Essa realidade afetou, particularmente, a população migrante que procura na cidade melhores condições de vida. A estagnação econômica do município desmotivou a migração, fato que, aliado à nuclearização das famílias, provocou o declínio nas taxas de incremento urbano (1,69% ao ano, período 1980-1991).

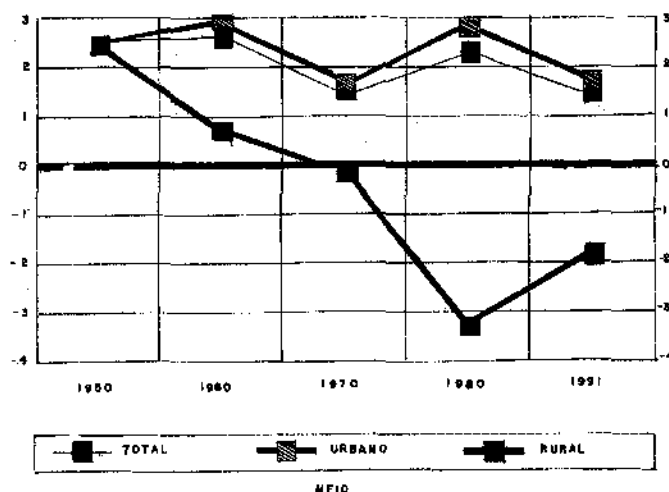
O censo de 1991 revelou taxa negativa de incremento rural e redução na taxa de crescimento da população urbana, tendência que pode ser projetada para o próximo levantamento censitário.

QUADRO 3. MUNICÍPIO DO RIO GRANDE
TAXA DE INCREMENTO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL (% AO ANO) 1940-1991

POPULAÇÃO	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91
Urbana	2.53	2.87	1.73	2.80	1.69
Rural	2.36	0.71	-0.15	-3.32	-1.78
Total	2.51	2.56	1.49	2.29	1.51

FONTE: IBGE, CENSOS DEMOGRÁFICOS 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.

FIGURA 3. MUNICÍPIO DO RIO GRANDE
TAXA DE INCREMENTO URBANO E RURAL



FONTE: IBGE CENSOS DEMOGRÁFICOS

Zonalidade urbana – O núcleo urbano do Rio Grande tem projetado um crescimento acentuadamente horizontal. O processo de verticalização urbana é recente e de pequena intensidade, embora a temporalidade marcante do povoamento, a condição portuária e a construção do espaço industrial. A urbanização rio-grandina se condicionou a certas particularidades naturais intrínsecas, como a configuração física da área, formada por estreita faixa sedimentar projetada na zona estuarina da laguna dos Patos. A tendência da expansão urbana seguiu, ao natural, o sentido da horizontalidade, conquistando espaços em áreas arenosas, áreas baixas, áreas alagadiças periféricas e áreas afastadas que constituíram antigos micronúcleos urbanos, como os que se situam ao longo do eixo Rio Grande-Querência. Esses núcleos (Vieira, Senandes, Bolaxa, Cassino, Querência) registraram expansão nos últimos anos, suficiente para caracterizar uma ampla zonalidade para a cidade do Rio Grande. Os novos núcleos programados (Parque São Pedro, Parque Marinha e outros) modelaram a ocupação dos espaços com condições sócio-demográficas muito semelhantes, guardando identidade no modo de vida e na caracterização do movimento pendular para atender às necessidades de trabalho, estudo e lazer.

A horizontalidade predominante no desenvolvimento urbano do Rio Grande teve na ordem econômica um fator fundamental. A formação econômica e social do Rio Grande não assegurou uma substancial acumulação de capital. As atividades produtivas não ultrapassaram os limites do pequeno e médio comércio, de um frágil setor terciário e de uma industrialização que, embora com unidades de porte,

não teve consolidação e evolução temporal. O espaço industrial oscilou entre momentos de plena atividade e outros de decadência. A construção do novo espaço portuário/industrial ainda não produziu os resultados esperados. As atividades rurais situaram-se em pequena escala, produzindo pouca riqueza. Mesmo após a introdução da agricultura empresarial, orizicultura particularmente, os resultados mais favoreceram Pelotas que Rio Grande. Os principais produtores de arroz e os maiores criadores de gado têm residência e sede dos negócios no município de Pelotas, bem como os engenhos e frigoríficos que beneficiam e comercializam os produtos da pecuária e orizicultura do Rio Grande.

O crescimento vertical nos sítios urbanos é, em grande parte, conseqüência do processo de acumulação de capital. É, na verdade, um investimento através da indústria da construção civil. A economia rio-grandina não gerou riqueza suficiente para a rápida expansão vertical da cidade, o que pressupõe recursos disponíveis para investir em construção civil e capacidade de aquisição, pela população, das unidades produzidas.

A horizontalidade da expansão urbana do Rio Grande anpliou as necessidades infra-estruturais básicas de saneamento, educação, saúde, transporte e lazer. Não há uma resposta satisfatória de atendimento mínimo a um padrão de qualidade de vida aceitável, resguardada, apenas, a condição de vida nos núcleos específicos à população de alta renda.

A zonalidade urbana em Rio Grande mudou o comportamento da população em alguns itens sócio-demográficos. Famílias de baixa e alta renda se deslocam do centro urbano com objetivos diferentes. As primeiras, premidas por dificuldades financeiras, procuram áreas onde os aluguéis ou prestações de imóveis financiados sejam mais acessíveis. As segundas para satisfazerem aspirações de conforto em ambientes diferenciados. O distanciamento do centro urbano, que concentra a maior oferta de empregos, não muda substancialmente o modo de vida urbano. Condiciona, contudo, condutas específicas em ambientes sociológicos criados pela natureza das atividades de trabalho e pelo grau de instrução média. Níveis societários se estabelecem nos diferentes núcleos de expansão urbana, formando, no conjunto, um complexo social urbano zonalizado.

O trabalho desenvolvido identificou indicadores analíticos que permitirão aprofundar estudos sobre as causas das mudanças no comportamento demográfico da população rio-grandina na linha de tempo 1940-1991: influências exógenas e endógenas na formação da população rio-grandina; importância dos movimentos migratórios na quantificação da população do município; elevada concentração urbana da população; reduzida população rural, com taxas de incremento negativas para dois distritos; variações nas taxas de incremento e variação relativa por sexo relacionadas com os ritmos econômicos e as mudanças na estrutura fundiária; horizontalidade na expansão do núcleo urbano central e periférico e mudanças culturais significativas nas últimas décadas.

-
- CARLOS, Ana Fani. *Espaço e Indústria*. São Paulo, Contexto, 1989
- CENSO Demográfico – 1940, Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro. IBGE.
- CENSO Demográfico – 1950, Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro. IBGE.
- CENSO Demográfico – 1960, Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro. IBGE.
- CENSO Demográfico – 1970, Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro. IBGE.
- CENSO Demográfico – 1980, Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro. IBGE.
- CENSO Demográfico – 1991 (parcial), Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro. IBGE.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo, Ática, 1989.
- DAMIANNI, A. *População e Geografia*. São Paulo, Contexto, 1991.
- JONES, H. *Population Geography*. Londres, Paul Chapman Publishing, 1990.
- MARTINI, G. *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. São Paulo, Unicamp, 1993.
- RODRIGUES, Arlete M. *A Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo, Contexto, 1988.
- SANTOS, Jair L.F. et al. *Dinâmica da população, teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo, Y.A. Queiroz, 1980.
- SCHÄFFER, Neiva O. Os novos gaúchos e seus novos endereços: população e urbanização no RS. *Boletim Geográfico*. 19:86-104. Porto Alegre, 1994.
- SPOSITO, Maria E.B. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo, Contexto, 1989.
- VALENTÉI, D. *Teoria de la población*. Moscou, Progreso, 1978.
- VIEIRA, E.F. & RANGEL, S.S. *Rio Grande do Sul, Geografia da População*. Porto Alegre, Sagra, 1985.
- _____. *Planície Costeira do Rio Grande do Sul; Geografia física, vegetação e dinâmica sócio-demográfica*. Porto Alegre, Sagra, 1988.
-

* Professores titulares no Departamento de Geociências da FURG / O trabalho contou com a participação dos bolsistas de Iniciação Científica Joice Bianchini, Ana Elisa Delgado Mello, Adriana Alves Mafalda, João Manoel Oliveira Trindade, Paulo Fernando Sequeira Júnior e Michelle Rodrigues Nóbrega.